

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente**  
**Pauta da 18ª Reunião Ordinária de 2013**

Data da Reunião: 14/08/2013 - Horário: 13:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Projetos - Denominações**

1) PL 373/2013	Ver. MARCO AURELIO CUNHA (PSD)	Votação			
DENOMINA PAULO VANZOLINI A PASSARELA DE PEDESTRES EXISTENTE SOBRE A ALAMEDA SANTOS, NO QUARTEIRÃO ENTRE A ALAMEDA CASA BRANCA E RUA PEIXOTO GOMIDE E QUE UNE ENTRE SI O PARQUE TENENTE SIQUEIRA CAMPOS - PARQUE TRIANON -, DISTRITO DE JARDIM PAULISTA E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS.			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	-	-	-
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	-	-	-
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	-	-	-
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	-	-	-
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	-	-	-
Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB)					
Parecer: FAVORAVEL					
Obs:					

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente**  
**Pauta da 18ª Reunião Ordinária de 2013**

Data da Reunião: 14/08/2013 - Horário: 13:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

**Projetos**

2) PL 438/1996	Ver. WADIIH MUTRAN (PP)	Votação			
DISCIPLINA O USO DE BICICLETAS NAS RUAS, AVENIDAS E PARQUES DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. NELO RODOLFO (PMDB) Parecer: FAVORÁVEL AO SUBSTITUTIVO DA COMISSÃO DE JUSTIÇA PENDENTE DE VOTAÇÃO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	-	-	-
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	-	-	-
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	-	-	-
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	-	-	-
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	-	-	-
Obs:					

3) PL 533/2011	Ver. ELISEU GABRIEL (PSB)	Votação			
DISPÕE SOBRE A ACESSIBILIDADE NOS CEMITÉRIOS DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. PAULO FRANGE (PTB) Parecer: FAVORAVEL COM SUBSTITUTIVO			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	-	-	-
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	-	-	-
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	-	-	-
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	-	-	-
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	-	-	-
Obs:					

4) PL 98/2013	Ver. AURÉLIO MIGUEL (PR)	Votação			
DISPÕE SOBRE A OBRIGATORIEDADE DE ENTREGA DE CROQUI INDICATIVO DAS ROTAS DE EMERGÊNCIA NOS ESTABELECIMENTOS EM QUE SE REALIZEM EVENTOS CONFINADOS, NO ÂMBITO DO MUNICÍPIO DE SÃO PAULO, E DÁ OUTRAS PROVIDÊNCIAS. Relator: Ver. PAULO FRANGE (PTB) Parecer: FAVORAVEL			Favor	Contra	Abst.
		Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	-	-	-
		Ver. DALTON SILVANO (PV)	-	-	-
		Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
		Ver. NABIL BONDUKI (PT)	-	-	-
		Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	-	-	-
		Ver. PAULO FRANGE (PTB)	-	-	-
		Ver. TONINHO PAIVA (PR)	-	-	-
Obs:					

**Requerimentos**

5) REQ. URB 42/2013	Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)
Data do Requerimento: 12/08/2013	
A COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE da Câmara Municipal de São Paulo, por seu Presidente Andrea Matarazzo, com fundamento no artigo 46, XI, bem como na atribuição de requerer informação para exercício das funções da vereança conforme disposto no art. 224, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal, vem expor e, ao final, requerer o seguinte: CONSIDERANDO a atribuição desta Comissão de solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos inerentes à administração (art. 46, VIII, do Regimento Interno); CONSIDERANDO a atribuição desta Comissão de acompanhar, junto ao Executivo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação (art. 46, IX, do Regimento Interno);	

CONSIDERANDO que se encontra em tramitação nesta Casa o Projeto de Lei n. 505/2012, que versa sobre a Operação Urbana Consorciada Água Branca, já em vias de realização de sua segunda audiência pública regimental;

CONSIDERANDO o período de recesso parlamentar e a urgência e importância das informações ora solicitadas para a adequada condução dos trabalhos desta Comissão e do Plenário ao início do segundo período legislativo;

REQUER-SE que seja informado a esta Comissão os motivos para a redação do artigo 1º e incisos do Decreto n. 53.904, de 14 de maio de 2013, que assim dispõe:

Art. 1º A remuneração fixada no § 6º do artigo 18 da Lei nº 11.774, de 18 de maio de 1995, devida à São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo e à São Paulo Obras – SP-Obras na condição de sucessoras da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, será paga na seguinte conformidade:

I – 30% (trinta por cento) no momento da arrecadação dos recursos referentes à outorga onerosa, incidentes sobre o valor recebido, a título de antecipação;

II – 70% (setenta por cento) no momento do pagamento das obras, projetos, desapropriações, serviços de apoio técnico e administrativos e outras despesas, incidentes sobre o valor pago. Isso porque a Lei n. 11.774, de 18 de maio de 1995, dispõe em seu §6º do artigo 18 regra distinta para remuneração dos serviços prestados, a ser pago e mensurado do custo final das obras, e não no momento da arrecadação dos recursos ou do pagamento das obras, projetos, desapropriações etc. como pretende o decreto ora questionado:

Art. 18 - Fica criado o Fundo Especial da Operação Urbana Água Branca - FEAB, vinculado à realização dos objetivos desta lei e ações decorrentes a cargo da Prefeitura do Município de São Paulo.

[...]

§ 6º - A Empresa Municipal de Urbanização - EMURB receberá remuneração por serviços prestados, relacionados ao planejamento e ao controle da operação, à elaboração dos projetos e ao gerenciamento das obras no Quadro nº I anexo a esta Lei, no total de 15% (quinze por cento) do custo final das citadas obras.

REQUER-SE também que seja informado a esta Comissão os motivos para a redação dos parágrafos 1º e 2º do artigo 1º, que dispõem sobre a forma de remuneração da SP-Obras e da SPUrbanismo na proporção de 50% para cada uma, com posterior acerto entre as empresas ao final da operação (parágrafo 3º), conforme segue:

Art. 1º A remuneração fixada no § 6º do artigo 18 da Lei nº 11.774, de 18 de maio de 1995, devida à São Paulo Urbanismo – SP-Urbanismo e à São Paulo Obras – SP-Obras na condição de sucessoras da Empresa Municipal de Urbanização – EMURB, será paga na seguinte conformidade:

[...]

§ 1º O valor previsto no inciso I do "caput" deste artigo será devido à SP-Urbanismo e à SP-Obras na proporção de 2/3 (dois terços) e 1/3 (um terço), respectivamente.

§ 2º O valor previsto no inciso II do "caput" deste artigo será devido à SP-Urbanismo e à SP-Obras na proporção de 3/7 (três sétimos) e 4/7 (quatro sétimos), respectivamente.

§ 3º Ao final da operação, será efetuado o acerto de contas entre a remuneração referida no inciso I, recebida antecipadamente, e a remuneração prevista no inciso II, incidente sobre o valor das obras, projetos, desapropriações, serviços de apoio técnico e administrativos e outras despesas, ambos do "caput" deste artigo, devendo ser recebidas ou pagas pelas empresas as eventuais diferenças daí decorrentes.

ISSO PORQUE a Lei n. 11.774, de 18 de maio de 1995, dispõe em seu §6º do artigo 18 que a regra para a remuneração será relacionada ao "planejamento e ao controle da operação, a elaboração dos projetos e ao gerenciamento das obras", sendo expressa a regra no sentido de

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente**  
**Pauta da 18ª Reunião Ordinária de 2013**

Data da Reunião: 14/08/2013 - Horário: 13:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

vetar que a remuneração seja na proporção de 1/3 e 2/3, 3/7 e 4/7 conforme previsto nos parágrafos 1º e 2º supracitados.  
Diante de tal incongruência, requer-se o envio dos esclarecimentos solicitados.

	Votação			
		Favor	Contra	Abst.
	Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	.	.	.
	Ver. DALTON SILVANO (PV)	.	.	.
	Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	.	.	.
	Ver. NABIL BONDUKI (PT)	.	.	.
	Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	.	.	.
	Ver. PAULO FRANGE (PTB)	.	.	.
	Ver. TONINHO PAIVA (PR)	.	.	.

6) REQ. URB 43/2013	Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)
Data do Requerimento: 09/08/2013	

A COMISSÃO DE POLÍTICA URBANA, METROPOLITANA E MEIO AMBIENTE da Câmara Municipal de São Paulo, por seu Presidente Andrea Matarazzo, com fundamento no artigo 46, XI, bem como na atribuição de requerer informação para exercício das funções da vereança conforme disposto no art. 224, ambos do Regimento Interno da Câmara Municipal, vem expor e, ao final, requerer o seguinte:

CONSIDERANDO a atribuição desta Comissão de solicitar ao Prefeito informações sobre assuntos inerentes à administração (art. 46, VIII, do Regimento Interno);

CONSIDERANDO a atribuição desta Comissão de acompanhar, junto ao Executivo, os atos de regulamentação, velando por sua completa adequação (art. 46, IX, do Regimento Interno);

CONSIDERANDO que se encontram em vigor as Leis n.º 13.430, de 13 de setembro de 2002 e n.º 13.885, de 25 de agosto de 2004, que instituem, respectivamente o Plano Diretor e as regras de uso e ocupação do solo;

CONSIDERANDO que se encontra em discussão a elaboração do novo Plano Diretor do Município;

CONSIDERANDO o período de recesso parlamentar e a urgência e importância das informações ora solicitadas para a adequada condução dos trabalhos desta Comissão e do Plenário ao início do segundo período legislativo;

REQUER-SE que seja informado a esta Comissão a justificativa técnica e jurídica para a expedição da Resolução SMDU/CTLU/002/2013, publicada no Diário Oficial em 20 de julho de 2013, com o seguinte teor:

“RESOLUÇÃO SMDU/CTLU/002/2013

A Câmara Técnica de Legislação Urbanística – CTLU em sua 44ª Reunião Ordinária, realizada em 04 de julho de 2013,

RESOLVE:

Para fins de uso e ocupação do solo, aplica-se a classificação das vias da Rede Viária Estrutural e Coletora a toda a extensão descrita como tal pela legislação, mesmo nos trechos interrompidos por praças, largos, viadutos, etc.”

ISSO PORQUE a Lei n.º 13.430, de 13 de setembro de 2002, que instituiu o Plano Diretor Estratégico, é claro ao definir em diversos dispositivos a classificação das vias no Município. O Plano Diretor em questão também é explícito no que se refere à atribuição da CTLU (art. 286), a quem compete analisar casos não previstos e dirimir dúvidas, ou seja, se manifestar apenas no que se refere a casos específicos e concretos, não lhe sendo concedido o poder de legislar. Em face de eventual omissão no que se refere à classificação viária de praças, largos, viadutos e outros, caberia à CTLU apenas emitir parecer técnico sobre proposta de alteração do Plano Diretor (art. 286, III, PDE).

Diante de tal incongruência, requer-se o envio dos esclarecimentos solicitados

	Votação		
	Favor	Contra	Abst.
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	-	-	-
Ver. DALTON SILVANO (PV)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. NABIL BONDUKI (PT)	-	-	-
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	-	-	-
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	-	-	-
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	-	-	-

7) REQ. URB 44/2013

Ver. NELO RODOLFO (PMDB)

**Comissão de Política Urbana, Metropolitana e Meio Ambiente**  
**Pauta da 18ª Reunião Ordinária de 2013**

Data da Reunião: 14/08/2013 - Horário: 13:00 horas  
Local: Auditório Prestes Maia - 1º andar

Data do Requerimento: 12/08/2013

Requeiro à Douta Presidência na forma regimental, que seja solicitado a convocação do Senhor Weber Sutti, Chefe de Gabinete da Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano, Rua São Bento, 405 - Centro, a fim de colher informações sobre vilas em Zoneamento Misto Proteção (ZMP)

**Votação**

	Favor	Contra	Abst.
Ver. ANDREA MATARAZZO (PSDB)	-	-	-
Ver. DALTON SILVANO (PV)	-	-	-
Ver. JOSÉ POLICE NETO (PSD)	-	-	-
Ver. NABIL BONDUKI (PT)	-	-	-
Ver. NELO RODOLFO (PMDB)	-	-	-
Ver. PAULO FRANGE (PTB)	-	-	-
Ver. TONINHO PAIVA (PR)	-	-	-